

Parte II – Condições de trabalho dos Policiais Militares

7 - Condições materiais, técnicas e ambiente de trabalho

Maria Cecília de Souza Minayo
Edinilsa Ramos de Souza
Patrícia Constantino
(coords.)

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MINAYO, MCS., SOUZA, ER., and CONSTANTINO, P., coords. Condições materiais, técnicas e ambiente de trabalho. In: *Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008, pp. 127-139. ISBN 978-85-7541-339-5. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Condições Materiais, Técnicas e Ambiente de Trabalho

A discussão sobre as condições materiais e técnicas de trabalho foi elaborada com base em informações fornecidas pelos próprios policiais militares nos questionários que lhes foram aplicados, em entrevistas e em grupos focais. Boa parte deles é unânime em admitir que as condições materiais, técnicas e ambientais não permitem o desenvolvimento adequado de sua atividade. Mais que isso, observamos que, entre eles, há um forte grau de insatisfação.

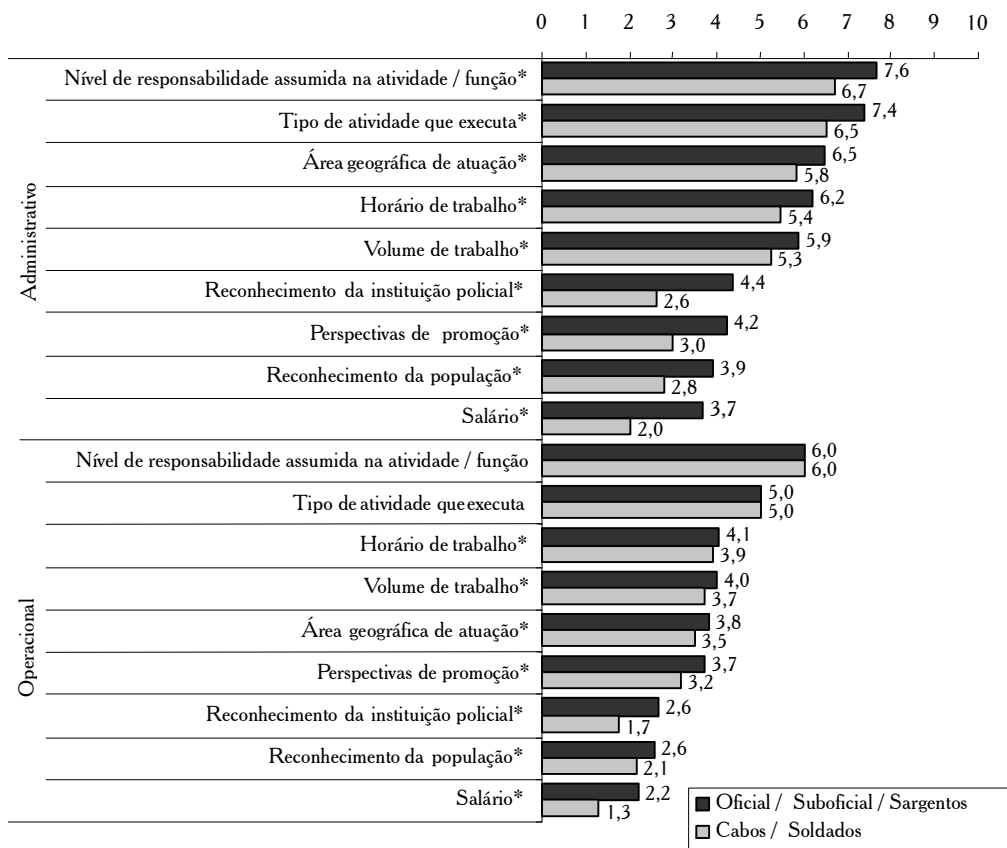
Para medir a satisfação dos policiais em relação às condições de trabalho, usamos o recurso de solicitar que atribuíssem uma nota de zero a dez para alguns itens. Como podemos observar nos Gráficos 22 e 23, as notas médias são, em geral, muito baixas. É importante destacar que, entre os operacionais, a insatisfação expressa por meio das notas foi maior que entre os administrativos e entre os que ocupam cargos de gestão. Os cabos e soldados foram mais enfáticos e atribuíram as menores notas comparadas à avaliação feita por colegas oficiais, suboficiais e sargentos.

Em ambos os grupos, administrativos e operacionais, as maiores médias foram atribuídas aos itens nível de responsabilidade assumida na função que exerce e tipo de atividade que executa. Também nos dois grupos, o salário, o reconhecimento do trabalho pela população e do mérito pela Polícia constituem os itens aos quais foram dadas as menores notas. A perspectiva de ser promovido também foi avaliada com notas igualmente baixas, sobretudo pelos cabos e soldados, constituindo um elemento a mais de desesperança e contribuindo para o baixo desempenho profissional.

No Gráfico 22, encontramos os créditos atribuídos pelos policiais militares administrativos aos aspectos de satisfação no trabalho. Podemos constatar que os cabos e soldados conferiram notas mais baixas que os oficiais, suboficiais e sargentos aos itens relativos ao trabalho, com diferenças estatísticas significativas entre eles. Chamamos a atenção para a insatisfação

que esses servidores demonstram com sua própria instituição, ao mesmo tempo que denunciam, pela expressão desse sentimento, a falta de reconhecimento institucional. Destacamos nota aferida pelos cabos e soldados para a falta de reconhecimento (2,6).

Gráfico 22 – Notas médias dadas pelos policiais militares para o grau de satisfação com alguns aspectos do trabalho



*p=0,000

Notas muito baixas foram aferidas pelos operacionais, que também demonstraram a insatisfação com questões referentes ao reconhecimento do

policiais como profissionais, sobretudo por parte da instituição (1,7) e da população (2,1), além da inconformidade com os baixos salários (1,3).

O Gráfico 22 é revelador. Primeiramente, embora haja uma diferenciação significativa entre oficiais e não-oficiais quanto à satisfação no trabalho, os dois grupos conferem notas baixas para os mesmos itens. Ou seja, também os oficiais, suboficiais e sargentos estão insatisfeitos com o salário, com a falta de reconhecimento da população e da corporação, com as poucas perspectivas de promoção, com a área geográfica em que atuam, com os horários e o volume de trabalho. As mesmas questões já foram assinaladas por nós (Minayo & Souza, 2003) em relação aos policiais civis. Embora as notas médias aferidas por estes últimos sejam mais elevadas do que as atribuídas pelos policiais militares aos referidos itens, estes também estão insatisfeitos, como podemos comprovar pelos valores seguintes: 2,2 para a perspectiva de promoção, 2,1 para o reconhecimento por parte da instituição policial, 3,0 para o reconhecimento da população e 3,1 para os salários (Minayo & Souza, 2003; Minayo, Souza & Constantino, 2007).

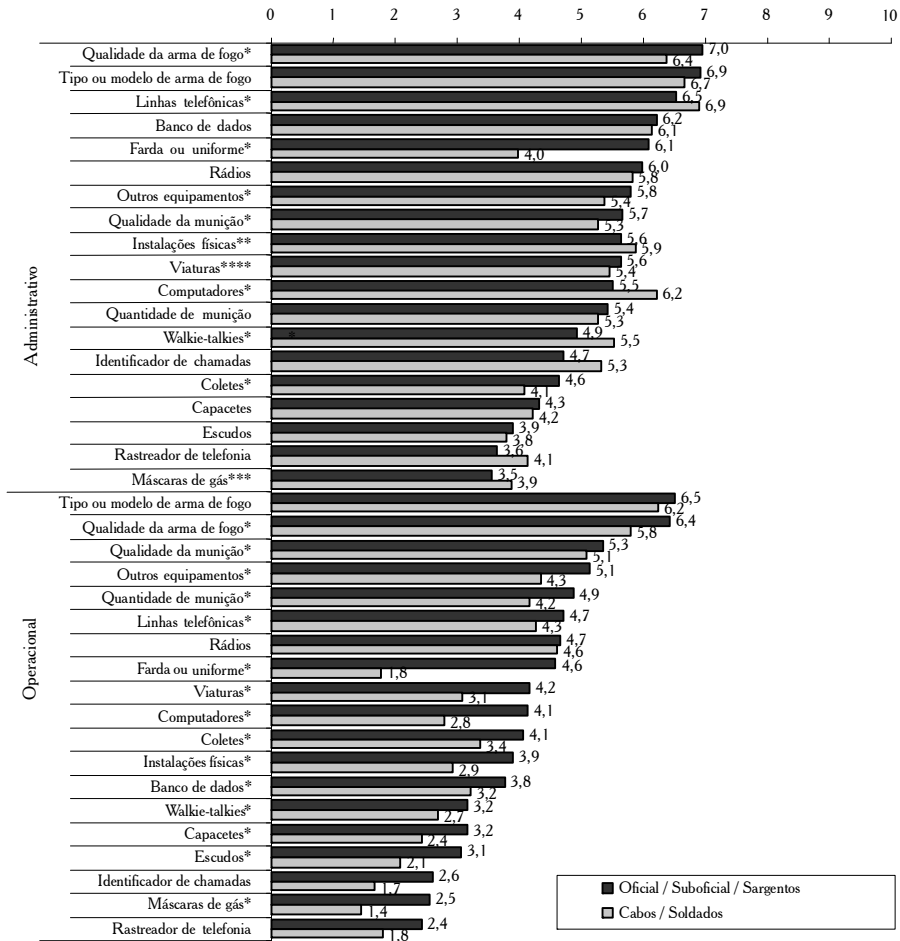
Ora, o elenco de questões que geram insatisfação, a nosso ver, deveria merecer a reflexão dos gestores, sobretudo da Secretaria de Segurança Pública, uma vez que atinge as duas corporações. O trabalho mal remunerado, sem reconhecimento e sem perspectivas de crescimento profissional leva ao baixo desempenho no cumprimento das tarefas, o que se reflete na insatisfação da população. Esse subconjunto de temas aferidos negativamente e referidos nos últimos parágrafos traz como consequência um sentimento de frustração muito forte, que tem impacto sobre a saúde física e emocional dos policiais.

Contudo, os policiais atribuem valores maiores e manifestam mais satisfação com a execução das atividades e com a responsabilidade assumida em seu trabalho. Embora haja uma importante diferença a favor dos que cumprem tarefas administrativas em relação aos operacionais que estão mais contentes, também é importante para os gestores tomarem conhecimento de que existe uma motivação (embora não tão elevada assim) para o trabalho na corporação.

Tratando de ouvir como os policiais avaliam os equipamentos que usam para o cumprimento de suas atividades, entendendo que as condições materiais interferem fortemente no seu desempenho, também lhes pedimos

que atribuísem a esse dispositivo uma nota de zero a dez. O resultado está exposto no Gráfico 23.

Gráfico 23 – Notas médias dadas pelos policiais militares dos setores administrativo e operacional para equipamentos usados no trabalho



* $p=0,000$ ** $p=0,010$ *** $p=0,009$ **** $p=0,031$

Nesse particular, as notas médias foram muito baixas tanto por parte dos administrativos como dos operacionais. O que primeiro salta à vista são as baixas notas atribuídas aos equipamentos usados para a proteção pessoal:

colete, capacete e escudos. Os cabos e soldados também avaliaram negativamente os uniformes.

No setor administrativo, os itens que receberam notas mais elevadas foram os que dizem respeito à qualidade, ao tipo e ao modelo da arma, às linhas telefônicas e ao banco de dados. Fugindo um pouco do padrão geral, comparados aos oficiais, suboficiais e sargentos, os cabos e soldados atribuíram melhores notas aos itens: linhas telefônicas, instalações físicas, computadores, *walkie-talkie*, identificadores de chamada telefônica, rastreadores de telefonia celular e máscaras de gás. Para os outros equipamentos, os valores aferidos pelos oficiais, suboficiais e sargentos são maiores.

Ainda observando o Gráfico 23, assinalamos que no setor operacional as melhores notas foram associadas ao tipo, modelo e qualidade da arma e da munição. Nesse ponto, os cabos e soldados foram muito mais críticos que os oficiais, suboficiais e sargentos, atribuindo notas baixas a todos os itens perguntados no questionário de pesquisa. Existe concordância apenas quanto à qualidade dos rádios, não havendo diferença estatística entre os dois grupos. Receberam piores notas por parte dos policiais operacionais: instalações físicas, banco de dados, *walkie-talkies*, capacetes, escudos, identificadores de chamada telefônica, máscaras de gás e rastreadores de telefonia celular. Destacamos o descontentamento dos cabos e soldados de ambos os setores com a farda ou o uniforme usado por eles em seu trabalho.

Na avaliação sobre as condições materiais de trabalho entre a corporação militar e a civil, os administrativos civis atribuíram notas muito baixas a suas instalações físicas (5,0); efetivamente, nas visitas para trabalho de campo, pudemos constatar que a situação no tocante a esse aspecto é mesmo bastante precária. Mas também os operacionais dessa categoria valoraram com 6,4 suas instalações operacionais, uma vez que nem todas as delegacias haviam se transformado fisicamente em ‘Delegacias Legais’, com toda a padronização correspondente. O item melhor avaliado pelos policiais civis foram as viaturas, que obtiveram uma média de satisfação de 6,8 entre os administrativos e 7,3 entre os operacionais (Minayo & Souza, 2003).

Diante dessas informações, tecemos algumas considerações. À primeira vista, pode parecer estranho esses profissionais terem dado notas mais elevadas para os itens relativos ao armamento, uma vez que, freqüentemente, depoimentos dos próprios policiais são veiculados na imprensa dizendo que as armas e munições usadas por eles são ultrapassadas

e velhas. No entanto, essas pontuações parecem revelar que a arma é o equipamento mais valorizado, por ser o instrumento de trabalho que, simbólica e concretamente, lhes confere poder para agir como policiais e se defender dos ataques dos criminosos. No entanto, esse dado foi contraditório com as falas nos grupos focais, em que os participantes se queixaram da qualidade e da adequação de todos os seus equipamentos.

E qual poderia ser o significado das baixas médias dadas ao fardamento, sobretudo entre os não-oficiais? Respostas óbvias seriam que ele é desconfortável, quente, pesado, feio. O grupo das praças queixou-se também nos grupos focais das péssimas condições de seus uniformes. Segundo eles, a cada seis meses um novo deveria lhes ser entregue, mas isso não acontece. Outra interpretação para essa insatisfação poderia ainda ser buscada em um ditado comum, “vestir a camisa”, expressando que aquele membro da corporação está aderido à instituição e comunga dos seus princípios e os defende. Nesse caso específico, o ditado poderia ser transmutado em “vestir a farda”. No entanto, segundo um oficial, há razões concretas para essa queixa: os soldados e cabos só têm uma ou duas peças de um único tipo de farda. Os oficiais têm vários modelos para situações diferentes. Isso cria uma idéia de ‘classe’ que reforça as desigualdades entre os círculos hierárquicos.

Estudo de Oliveira e colaboradores (2006) também evidencia as precárias condições de trabalho vivenciadas pelos policiais militares que participaram de sua pesquisa: armamentos enferrujados, coletes fora do prazo de validade e salários defasados.

Nos grupos de discussão que fizemos, as informações quantitativas foram confirmadas e, por vezes, qualificadas. Os equipamentos para o desempenho das atividades, principalmente os utilizados no confronto com a criminalidade, são os mais duramente criticados pelo círculo das praças. Entre os gestores, o discurso é de que tais dispositivos não são ideais, mas vêm sendo atualizados. Porém, os próprios oficiais que gerenciam os batalhões operacionais têm críticas aos materiais de que dispõem. Segundo um deles, o não-reconhecimento de que seu batalhão é uma unidade de combate torna a tropa ainda mais vulnerável: “Nós temos alguns coletes, mas são coletes que não protegem nossos policiais dos projéteis dos fuzis. Então não adianta, porque, como somos uma unidade de combate, o que nós encontramos pela frente é isso [os fuzis].”

Os dados qualitativos confirmaram fortemente que, na tropa, os cabos e soldados são os que mais sofrem pela precariedade dos equipamentos. Por essa razão, é nesse grupo que encontramos as críticas mais enfáticas. As praças, mais do que os oficiais, falam da precariedade das instalações físicas, das viaturas e dos equipamentos. A necessidade de dispositivos mais eficazes e adequados à realidade social com a qual se defrontam foi trazida pelos grupos que atuam diretamente no conflito com as quadrilhas de traficantes. A falta de manutenção das viaturas e a inadequação dos equipamentos fazem com que a tropa fique mais exposta aos riscos, conforme ressaltou esse grupo de soldados e cabos:

O não-reconhecimento de que aqui é uma área de guerra, no sentido real da palavra, faz com que a nossa vida não seja protegida com aparato de armamento adequado. É tudo contra em relação às condições de trabalho. As viaturas são as mesmas que são usadas para o policiamento comum, que passeiam na avenida Atlântica, que vêm pra cá. Os coletes à prova de bala não resistem. Nenhum colete resiste a fuzil! Não é questão de ser novo ou obsoleto. É que não sustentam fuzil. As viaturas não sustentam!

O grupo de soldados e cabos de um batalhão especial também falou da necessidade de outros equipamentos para a especificidade de seu trabalho:

Nós não estamos falando que não existe equipamento. Existe, até mesmo auditivo, mas são obsoletos: pegar, apertar no BDT [aparelho para comunicação], falar no próprio rádio, não tem microfone. Você não fica com as suas mãos livres, não tem um microfone labial. (...) Esses aparelhos são obsoletos porque, em muitas situações, a gente está fazendo a comunicação com o outro, mas tem que chegar no silêncio, só que com o rádio não dá. (...) Esse colete que nós temos não segura tiro de fuzil. Já existem coletes leves que seguram tiro de fuzil. Não é tão pesado e você não perde a mobilidade. Mas são coletes caros, importados.

Alguns depoimentos dos grupos focais com as praças relacionaram o estresse cotidiano com o peso do equipamento, o que compromete a saúde e a segurança.

O policial tem um equipamento pesado: o colete, o fuzil, a munição, o rádio. Se você pesar esse equipamento, o policial está carregando ali uma quantidade de peso que se torna desfavorável para o terreno em que está

operando. Não são aparelhos modernos que facilitariam. Eles se tornam desfavoráveis. A noite toda andando com aquele peso prejudica a saúde da gente.

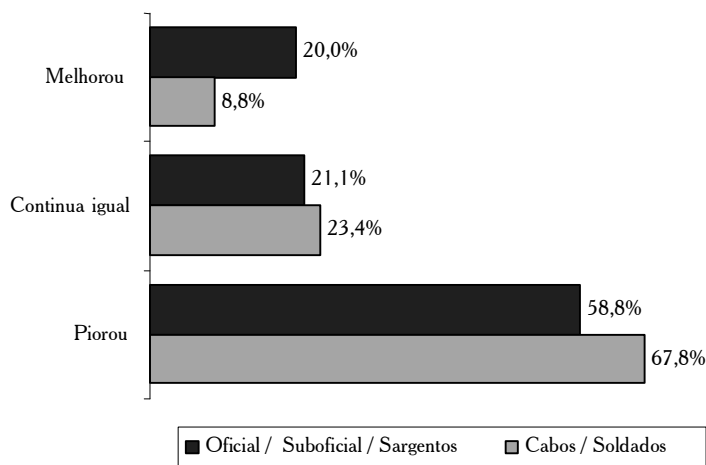
O direcionamento das queixas aos equipamentos está relacionado à natureza do trabalho desenvolvido. Os policiais que trabalham na atividade operacional falam mais sobre os equipamentos de proteção (colete, armamento, munição, viatura blindada) e os que executam atividades administrativas reclamam do aparelhamento técnico. Nas unidades administrativas, as queixas também revelam as condições precárias e inadequadas de trabalho, como referenciado por um grupo de praças e sargentos:

Condições precaríssimas. Nós estamos aqui na Academia há quatro meses e a nossa seção está péssima. Não temos cabo de Internet, aparelho de fax, não temos ramais entre as seções. (...) Nós estávamos no quartel general e viemos transferidos para cá a toque de caixa. Isso está dificultando a execução do serviço aqui na seção, mas é momentâneo. A seção em si, a diretoria de ensino, é um ambiente bom de se trabalhar. (...) Por não ter sido bem programada a nossa vinda, estamos passando por esses problemas. Uma diretoria inteira, composta por várias subseções, não tem como ficar com uma única linha telefônica. É impossível. (...) Nós trabalhamos com o Brasil todo, precisamos de telefone, fax... Precisamos ligar para outros estados, até para o exterior. Nós queremos ligar e não conseguimos. Isso é um período de transição, mas mesmo na corporação nós temos problemas de material. Quando acaba, a gente fica sem as coisas um bom tempo: material de escritório, xerox, toner, manutenção das máquinas, fardamento.

A falta de recursos humanos em número suficiente para o desempenho das atividades foi mencionada pelos policiais, independentemente do posto ocupado. As falas, tanto dos que exercem atividades administrativas quanto dos operacionais, demonstram o quão sobrecarregados estão por causa da escassez de pessoal. Como já referimos no capítulo sobre a história da corporação, e de maneira coerente com a visão que conferiu notas baixas aos vários aspectos do trabalho e aos equipamentos usados em seu cotidiano, a maioria dos policiais militares considera que as condições para o exercício de suas atividades na Polícia vêm piorando. As melhoras foram sentidas por apenas 8,8% dos cabos e soldados e por 20% dos oficiais, suboficiais e sargentos, como pode ser constatado no Gráfico 24.

A percepção da deterioração das condições de trabalho ao longo do tempo é compartilhada por 55,5% dos oficiais, suboficiais e sargentos e por 59,3% dos cabos e soldados do grupo administrativo ($p=0,000$). No entanto, é ainda mais intensa no setor operacional, incluindo 60,2% dos primeiros e 69,3% dos segundos ($p=0,000$).

Gráfico 24 – Distribuição proporcional dos policiais militares segundo a condição de trabalho ao longo do tempo*



* $p=0,000$

Os policiais civis também expressaram um sentimento de piora evolutiva nas condições de trabalho: 36,4% pensam assim. Entre eles, encontramos uma parcela considerável de servidores (58,8%) ligados ao Programa Delegacia Legal avaliando que as condições materiais e técnicas estão melhores. Mas os que atuam em delegacias tradicionais (37,6%) falam veementemente sobre a deterioração do seu ambiente de exercício profissional (Minayo & Souza, 2003).

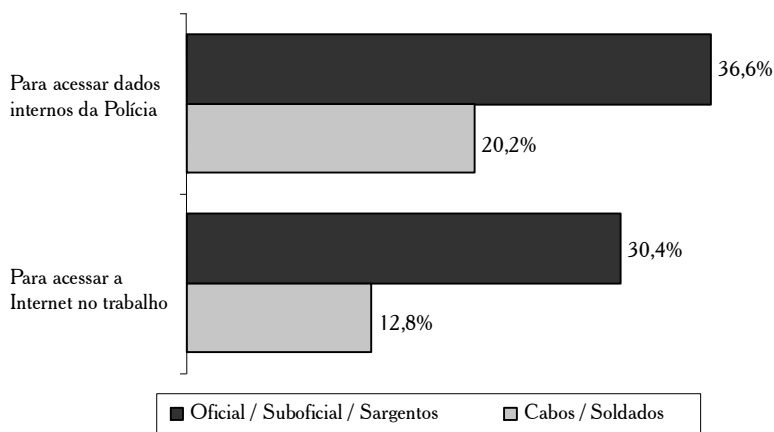
O sentimento de precarização das condições materiais e organizacionais de trabalho pode estar vinculado ao que vários autores vêm detectando, no mundo inteiro, como a crise ou decadência da instituição policial (Lévy, 1997; Bretas, 1997a). Neste caso concreto, ela vem reforçada por vários aspectos, entre os quais nos parecem que dois são os principais:

em primeiro lugar, uma consciência muito mais aguda sobre os direitos da sociedade contemporânea, o que a torna muito mais sensível à necessidade de segurança; e em segundo lugar, a real discrepância entre os instrumentos de atuação e a força crescente da criminalidade na cidade e no estado do Rio de Janeiro, tornando ainda mais difícil o exercício da profissão (Souza & Minayo, 2005; Minayo, Souza & Constantino, 2007).

Perguntamos aos policiais sobre a utilização das tecnologias modernas de informação, tendo em vista que hoje existem inúmeras possibilidades de monitoramento da segurança e da criminalidade por esses meios. Descobrimos que o uso dessas tecnologias pelos policiais militares no ambiente de trabalho é muito baixo. No Gráfico 25, pode-se observar que os oficiais e suboficiais são os que mais utilizam esses recursos e, mesmo assim, em proporções muito pequenas.

É bom lembrar que as notas conferidas aos computadores da corporação foram muito baixas, principalmente entre os cabos e soldados, os que menos têm acesso a esses meios.

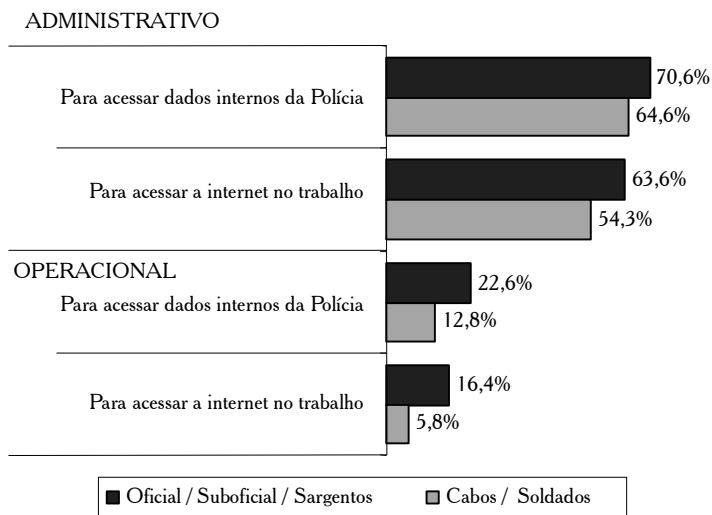
Gráfico 25 – Distribuição proporcional dos policiais militares segundo o uso do computador para acessar dados do trabalho



No Gráfico 26, comparamos o uso do computador pelos dois setores da Polícia Militar; como esperávamos, os administrativos usam mais esses equipamentos do que os grupos operacionais. Ressaltamos a baixa incorporação da informática por ambos os estratos da corporação militar.

Isso é lastimável, pois significa praticar segurança ainda à moda antiga. Em um tipo de administração contemporânea – a que se propõe a instituição –, os policiais deveriam contar com acesso a tecnologias necessárias para a obtenção de informações articuladas e integradas com outros setores, com outros estados e até com outros países, em todas as etapas do trabalho.

Gráfico 26 – Distribuição proporcional dos policiais militares segundo o uso do computador nos setores da Polícia

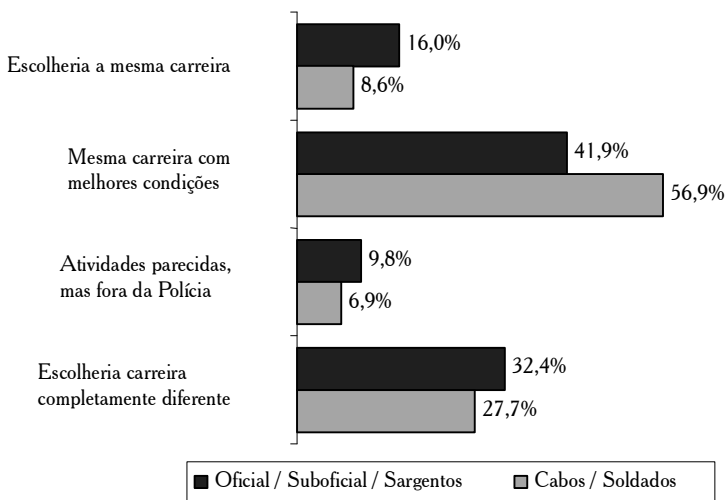


Em uma perspectiva comparativa, os policiais civis também apresentaram baixas proporções de pessoas capazes de utilizar as tecnologias da informação em seu trabalho cotidiano. Mas nessa corporação, ao contrário do que ocorre com os policiais militares, os agentes operacionais usam mais o computador (Minayo & Souza, 2003), em uma demonstração clara de que passaram a incorporar informações originadas de meios eletrônicos em suas investigações, na medida em que as Delegacias Legais foram informatizadas. Também neste particular, os não-oficiais foram os que mais reclamaram das condições de trabalho.

No Gráfico 27, apresentamos uma questão relativa à escolha profissional. Se pudessem recomeçar e escolher novamente a carreira profissional, boa parte dos policiais militares afirma que entraria para a Polícia

desde que houvesse melhores condições de trabalho. Devemos ressaltar que o descontentamento com a profissão militar é maior entre os oficiais, suboficiais e sargentos, que escolheriam profissões totalmente diferentes ($p=0,000$).

Gráfico 27 – Distribuição proporcional dos policiais militares segundo suas escolhas



profissionais

Os cabos e soldados, mais que os oficiais, suboficiais e sargentos, escolheriam a mesma carreira, caso lhes fossem oferecidas condições de exercício profissional (Gráfico 27). Esse achado traz à tona uma controvérsia no debate sociológico sobre a corporação, pois alguns estudiosos consideram que muitos jovens entram para a Polícia, mais do que por vocação, com a idéia de ter acesso ao mercado de trabalho por meio de um emprego público e estável.

Observamos, com surpresa, que maior proporção dos cabos e soldados que atuam no setor administrativo, em relação aos oficiais, suboficiais e sargentos da mesma área, escolheria carreira ou atividade parecida (79,3% dos primeiros contra 60,9% dos segundos), com diferenças estatísticas significativas entre esses cargos ($p=0,000$). Já entre os operacionais, os percentuais dos que fariam essa escolha são mais próximos entre os dois grupos (71,1% dos cabos e soldados contra 70,4% dos oficiais, suboficiais e sargentos), mas, mesmo assim, apresentam diferença estatisticamente

significativa a favor dos primeiros ($p=0,000$).

Nos estudos realizados com os policiais civis (Minayo & Souza, 2003), também evidenciamos que, se lhes fosse dada a oportunidade de tornar a escolher, 75% deles, indiferentemente dos postos que ocupam, entrariam de novo nessa carreira. Porém, também entre os policiais civis foi encontrado descontentamento: 26,2% dos administrativos, 23,8% dos operacionais e 19,9% dos técnicos escolheriam carreira completamente diferente da atual (Minayo & Souza, 2003). Ou seja, proporções maiores de policiais militares estão insatisfeitas com a profissão escolhida, como mostra o gráfico anterior.

Em resumo, existe um espírito de corpo bastante forte na corporação. Apesar das muitas queixas, poderíamos dizer que ele é maior entre os cabos e soldados. Constatamos uma adesão bastante forte de mais de 70% ao trabalho policial. Isso ocorre, segundo um oficial, por dois motivos: eles disputam menos o acesso aos postos de poder (entre si) e vivem juntos as maiores dificuldades (os combates). “A dor os une.”

No entanto, há focos de insatisfação muito grandes em alguns aspectos que podem ser assim resumidos: frustração e, às vezes, ressentimento pela falta de reconhecimento dos superiores e da população; queixas em relação aos salários, às condições de trabalho e aos equipamentos pessoais e de realização dos serviços.

Embora possamos concluir

que em qualquer categoria existem resistências e insatisfações dos trabalhadores, entendemos que as autoridades deveriam levar em conta o que ocorre com os policiais militares e civis, uma vez que sua satisfação com as condições laborais se reflete na nossa segurança e proteção.